



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AS FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE CRÍTICA QUANTO AO CABIMENTO DO POLIAMOR FRENTE AO
PRINCÍPIO DA MONOGAMIA

Barbara Maria Ferrantini Gomes Gonçalves Glabow

Rio de Janeiro
2023

BARBARA MARIA FERRANTINI GOMES GONÇALVES GLABOW

AS FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE CRÍTICA QUANTO AO CABIMENTO DO POLIAMOR FRENTE AO
PRINCÍPIO DA MONOGAMIA

Artigo científico apresentado como exigência de
conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato
Sensu* da Escola da Magistratura do Estado do
Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:

Mônica C. F. Areal

Nelson C. Tavares Junior

Ubirajara da Fonseca Neto

Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro
2023

AS FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA QUANTO AO CABIMENTO DO POLIAMOR FRENTE AO PRINCÍPIO DA MONOGAMIA

Barbara Maria Ferrantini Gomes Gonçalves Glabow

Graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Advogada.

Resumo – O presente trabalho tem o objetivo de analisar a possibilidade de cabimento das famílias poliafetivas na sociedade brasileira, tendo em vista a cultura e tradição nacionais, bem como o princípio basilar das relações afetivas, o princípio da monogamia. Para tanto, de início, será realizado um breve resgate dos julgamentos dos Recursos Extraordinários 878.694, 646.721 e 883.168, pelo Supremo Tribunal Federal, os quais causaram grande impacto no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo novos parâmetros, direitos e garantias para outras estruturas familiares que não apenas as previstas pela Constituição Federal, em seu artigo 226. Em seguida, buscará verificar a possibilidade de equiparação do poliamor à união estável, uma vez que em determinadas situações estas cumprem todos os requisitos legais para a constituição de união estável. E por fim, será realizada uma análise sobre a possibilidade da ponderação do princípio da monogamia, tendo em vista que os padrões conjugais foram alterados, tendo ganhado força princípios como o da afetividade, dignidade e o da felicidade.

Palavras-chave – Direito das famílias. Famílias Poliafetivas, Poliamor. União Estável. Princípio da Monogamia. Constituição Federal. Supremo Tribunal Federal.

Sumário – Introdução. 1. Um resgate dos recursos extraordinários e o papel do direito. 2. A possibilidade de equiparação das famílias poliafetivas à união estável. 3. A ponderação do princípio da monogamia. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discute a possibilidade de cabimento das famílias poliafetivas na sociedade brasileira ante o princípio basilar das relações afetivas, o princípio da monogamia.

Até o ano de 1988 só havia um modelo de família reconhecido pelo Estado brasileiro, sendo aquela formada por meio do casamento, entre um homem e uma mulher. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, outras formas de constituição de família foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro, como a união estável e a família monoparental.

No entanto, apesar de contemplar em seu artigo 226 diferentes modelos de família, a Carta Magna ainda se mostra aquém dos anseios e necessidades sociais no que se refere a outras formas de constituição de família. Levando-se em conta princípios constitucionais como da igualdade e da dignidade da pessoa humana, além da ausência de hierarquia entre as distintas entidades familiares, já afirmada pela Suprema Corte, tanto na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 quanto na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, questionamentos passaram a ser realizados pela sociedade, de forma que se passou a

postular que outras formas de família fossem abarcadas, levando-se ao fim do tratamento diferenciado entre estas e as até então contempladas pelo ordenamento jurídico.

Sob este prisma, foram julgados os Recursos Extraordinários n. 878.694, 646.721 e 883.168, todos com repercussão geral, em que foi reconhecida a equiparação entre cônjuge e companheiro para fins de sucessão; foi determinada a equiparação das uniões estáveis homoafetivas às formadas por casais héteros; bem como se definiu que a existência prévia de casamento ou de união estável impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, negando-se, assim, a possibilidade de existência de famílias paralelas ou simultâneas.

Observa-se, portanto, que as referidas decisões, ao passo que representaram grande avanço no entendimento jurisprudencial e o atendimento às demandas sociais, representou também um possível impedimento à obtenção destes mesmos direitos por outras formas de famílias, incluindo-se aqui as famílias poliafetivas, ou seja, aquelas que vivem sob a égide do poliamor, cada vez mais frequente na sociedade brasileira.

Neste sentido, verificando-se os anseios sociais pelo reconhecimento de novos modelos de família e a atual jurisprudência do STF, no primeiro capítulo, busca-se analisar os desdobramentos das referidas decisões para que seja examinado como o direito pode lidar com as demandas da sociedade relacionadas às novas formas de constituição de família, com destaque ao às famílias poliafetivas.

No segundo capítulo, busca-se averiguar a possibilidade de equiparação das famílias poliafetivas às formadas por meio da união estável a fim de que sejam garantidos os mesmos direitos, sucessórios ou não, a todos os companheiros, já que este modelo não se enquadra como família paralela ou simultânea, sendo uma outra modalidade de constituição familiar.

Por fim, no terceiro capítulo busca-se analisar a possibilidade de coexistência entre o poliamor e o princípio basilar das relações afetivas, o da monogamia, em que é determinado que uma relação afetiva e amorosa somente pode se dar, para efeitos jurídicos, entre duas pessoas, tendo em vista que este, nos últimos tempos, perdeu força e rigidez na cultura nacional, passando-se a se questionar se se trata mesmo de um princípio ou, se é apenas um valor.

Neste sentido, o presente trabalho consiste na análise crítica do cenário jurídico e social brasileiro, das decisões do Supremo Tribunal Federal, a fim de verificar as lacunas existentes com relação ao tema, bem como analisar a possibilidade de cabimento das famílias poliafetivas na sociedade brasileira. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida pelo método hipotético-dedutivo, com a análise de uma situação hipotética, qual seja, a possibilidade de coexistência do poliamor e do princípio da monogamia, com o fim de comprová-la ou rejeitá-la por meio da argumentação, de forma a buscar contribuir com os avanços da temática no direito brasileiro.

Por se tratar de tema recente, ainda sem grandes abordagens doutrinárias, espera-se não esgotar o mesmo, mas sim, apontar as problemáticas que ainda persistem, tendo em vista as possibilidades e desdobramentos ainda desconhecidos, tornando-o de suma importância.

1. UM RESGATE DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS E O PAPEL DO DIREITO

A sociedade, de uma maneira geral, com o passar dos anos e devido às mudanças de entendimento e percepção aliadas a seus novos anseios, passa a exigir do Estado que este tutele suas necessidades, a fim de que sejam garantidos os seus direitos. A partir daí o direito entra em cena, buscando conciliar as novas demandas sociais, das mais variadas áreas, e os princípios e valores que são a base do ordenamento jurídico brasileiro.

Neste contexto, a família, o seu conceito e as suas possibilidades também passaram a sofrer demandas e com isso, a figurar, cada vez mais, no judiciário nacional, experimentando diversas mudanças ao longo dos anos, frente aos novos arranjos e composições familiares que se materializaram. Deste modo, o conceito de família foi ampliado, deixando para trás seu caráter patriarcal, onde o homem e o patrimônio eram o centro de toda entidade familiar, passando a se basear principalmente no afeto entre as pessoas e na busca mútua de felicidade, se amparando nos princípios da função social da família e da afetividade, o qual decorre da valorização permanente da dignidade humana e da solidariedade¹.

Neste prisma, enquadram-se as recentes decisões da Suprema Corte, todas com repercussão geral, que causaram grande impacto no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo novos parâmetros, direitos e garantias para outras estruturas familiares que não somente aquelas que já eram aceitas e previstas pelo direito brasileiro², de maneira que foram capazes de tornar o tema mais plural e democrático. Em decorrência desta ampliação de direitos e garantias, ganha força o chamado direito das famílias mínimo, com a ideia de uma intervenção mínima do Estado, visando a proteção e a valorização da autonomia privada nas relações familiares³.

No julgamento do Recurso Extraordinário 878.694⁴, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, o Supremo Tribunal Federal, apreciando o tema 809 da repercussão geral, por maioria⁵ e nos termos do voto do relator, reconheceu incidentalmente a inconstitucionalidade

¹ TARTUCE, Flávio. *Manual de direito civil: volume único*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 863

² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigo 226. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 jan. 2023.

³ ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Curso de Direito Civil: Famílias*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018, p. 47.

⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 878.694*. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14300644> Acesso em 10 jan. 2023.

⁵ Foram prolatados 9 votos, tendo como resultado da deliberação 6 votos a 3, a favor do reconhecimento da inconstitucionalidade – ficaram vencidos os ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski.

do artigo 1.790 do Código Civil⁶, por violar a igualdade entre as famílias, consagrada no artigo 226 da Constituição Federal⁷, além de outros princípios constitucionais. Fixou-se, portanto, a tese nos seguintes termos: "É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002".

Já no julgamento do RE 646.721⁸, que teve como relator o ministro Marco Aurélio, a partir dos votos prolatados por nove ministros do STF, o Tribunal, apreciando o tema 498 da repercussão geral, por maioria⁹ e nos termos do voto do ministro Luís Roberto Barroso, também reconheceu incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1.790 do CC/02¹⁰, e declarou o direito do companheiro em participar da herança do falecido, nos moldes do regime jurídico estabelecido pelo artigo 1.829¹¹, do referido código. Neste sentido, considerando a similaridade dos julgados, e por terem sido julgados na mesma sessão, fixou-se a mesma tese do RE 878.694.

E por fim, no julgamento do Recurso Extraordinário 883.168, que teve como relator o ministro Dias Toffoli, apreciando o Tema 526 da repercussão geral, fixou-se a seguinte tese: "É incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável"¹², o qual se baseou em processo paradigma (RE 1.045.273)¹³, do Tema nº 529 sob a sistemática da repercussão geral, que corre em segredo de justiça e que fixou a seguinte tese¹⁴: "A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro".¹⁵

⁶ BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em 25 fev. 2023.

⁷ BRASIL, *op. cit.*, nota 2.

⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 646.721*. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13579050>. Acesso em 10 jan. 2023.

⁹ Ficaram vencidos os ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski.

¹⁰ BRASIL, *op. cit.*, nota 6.

¹¹ BRASIL, *op. cit.*, nota 6.

¹² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 883.168*. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4757390&numeroProcesso=883168&classeProcesso=RE&numeroTema=526>. Acesso em 12 mar. 2023.

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 1.045.273*. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755543251>

¹⁴ Decisão por maioria dos votos – 6 x 5.

¹⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *STF*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1191563664>. Acesso em: 25 Abr. 2023.

Verifica-se, a partir do breve resgate dos Extraordinários, que o conceito e os meios de constituição de família foram ganhando novos contornos, de forma que foi possível aproximar o seu conceito social ao seu conceito jurídico. Ademais, nota-se que, em certo ponto, foi resolvida instabilidade jurídica quanto aos direitos sucessórios de cônjuges e companheiros. A partir do direito, foi possível alcançar uma maior proteção e segurança jurídica às distintas entidades familiares, demonstrando-se, claramente, o papel fundamental deste.

Ocorre que tais decisões, apesar de representarem grande evolução no que tange o conceito de família, ainda não foram capazes de abarcar todas as necessidades sociais, vez que é frequente a observação de novos modelos de família que ainda permanecem sem garantias, como as famílias poliafetivas, espécie de família que não se enquadra como família paralela ou simultânea, já que se baseia em um tipo de relacionamento afetivo simultâneo entre três ou mais pessoas ao mesmo tempo e com o conhecimento de todos, ou seja, um único núcleo familiar, mas formado por mais de duas pessoas, caracterizando-se, portanto, como a simultaneidade de concubinatos, nos termos do artigo 1.727 do CC/02¹⁶, conforme entendimento exarado pelas Casas Superiores¹⁷. Vale frisar que tais relações múltiplas podem ocorrer concomitantemente a um casamento, podendo se tratar de um casamento simultâneo a uma ou mais uniões estáveis, ou mais de uma união estável concomitante, de modo que não há uma regra ou modo específico para caracterizar as famílias poliafetivas.¹⁸ Vale ressaltar que o que diferencia as famílias poliafetivas das paralelas ou simultâneas é que no primeiro modelo, há um único núcleo familiar que conta com mais de dois membros se relacionando, enquanto no segundo, são dois núcleos que contam com um membro em comum, sendo concomitantemente vivenciados¹⁹.

Ao passo que os dois primeiros extraordinários trouxeram mais garantias a outras formas de constituição de família, através da ideia de um direito das famílias mínimo, com a menor intervenção estatal no contexto das relações familiares, no mais recente julgado citado, verifica-se, entretanto, a atuação estatal, por meio do judiciário que impossibilitou a obtenção de tais direitos sucessórios pelas famílias paralelas ou simultâneas, tendo em vista o princípio da monogamia que vigora no ordenamento jurídico brasileiro.

Verdade é que as famílias poliafetivas, apesar de não terem sido tratadas exatamente por tais julgados, se assemelha às famílias paralelas ou simultâneas, se diferenciando por contar

¹⁶ BRASIL. *op. cit.*, nota 6.

¹⁷ CAJADO, Nazaré Silva. *O poliamor e a sua repercussão judicial*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1205/O+poliamor+e+sua+repercuss%C3%A3o+judicial> Acesso em: 10 abr. 23.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ *Ibid.*

apenas com um único núcleo familiar. Em ambos os casos, no entanto, a relação familiar se dá entre mais de duas pessoas, o que torna as situações próximas, pois estas ainda não são aceitas tanto por parte da sociedade brasileira quanto pelo ordenamento jurídico nacional.

O poliamor, considerando como é visto hoje, é caracterizado pela simultaneidade de concubinatos²⁰, vez que as partes são impedidas de contrair novo casamento ou formalizar nova união estável. Por este motivo, aqueles que decidem viver sob tal forma, permanecem sem qualquer garantia, não tendo direito a alimentos, direitos sucessórios ou direito à meação já que o concubinato é insuscetível de gerar efeitos no âmbito do direito de família.

É cediço o papel fundamental que o direito exerce na sociedade como um todo, não só por meio da solução de conflitos e das lides, mas primordialmente por meio da busca pela ampliação de direitos e garantias, a fim de trazer maior segurança jurídica para os membros da comunidade, por meio de decisões que tem o objetivo de adequar o ordenamento jurídico da melhor forma aos anseios e necessidades sociais, diante das mais variadas realidades vividas, bem como da complexidade das transformações ocorridas na sociedade, sempre respaldado em princípios fundantes da Constituição Federal, como a dignidade da pessoa humana.

Ocorre que por meio destas decisões, o judiciário e principalmente a Suprema Corte, precisam ponderar e equilibrar diversos princípios constitucionais. No presente caso, o conflito entre o princípio da monogamia, revestido pelo dever de fidelidade, e o princípio da liberdade de escolha que cada indivíduo possui, frente aos novos arranjos e composições familiares que se materializaram, ainda permanece vigorando o primeiro deles.

De todo modo, verdade é que o judiciário já se pronunciou sobre o tema, reafirmando o princípio da monogamia, apesar de o modelo de famílias poliativas, bem como as paralelas ou simultâneas estarem cada vez mais presente na sociedade brasileira, de maneira que aqueles que decidem viver sob tais modelos, ainda permanecem sem quaisquer direitos ou garantias. Entretanto, este panorama pode ser alterado a qualquer momento, tendo em vista as inúmeras transformações que o conceito de família já passou no decorrer dos anos. Resta aguardar.

2. A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DAS FAMÍLIAS POLIAFETIVAS À UNIÃO ESTÁVEL

O ordenamento jurídico brasileiro é pautado por princípios basilares presentes na Carta Magna, os quais demonstram, em parte, a forma de pensar e o jeito de viver de toda a sociedade, uma vez que busca constantemente se adaptar e adequar aos anseios e necessidades sociais.

²⁰ *Ibid.*

Ocorre que as mudanças vividas por toda a comunidade, que passam a ser exigidas pela sociedade, se dão em uma velocidade em que o direito, as leis e a Constituição não são capazes de acompanhar. Nesse panorama se enquadra a questão das famílias poliafetivas.

Antes de analisar o que são as famílias poliafetivas e o poliamor, se faz necessária a observação breve do caminho trilhado pelo instituto da união estável no direito brasileiro. O casamento, durante muito tempo, foi a única forma aceita e protegida pelo poder estatal como forma de constituição de família, onde as outras formas de união, como o concubinato, eram tidas como ilegais e inapropriadas para a sociedade. Entretanto, com o passar do tempo, foi necessária uma maior flexibilização das leis para o acolhimento das então minorias.²¹ Foi apenas por meio da inclusão no artigo 226, §§ 3º e 4º da CRFB/88, que o Estado brasileiro passou a considerar como legal outras formas de união – união livre²² - entre os indivíduos como meio para a formação de famílias, sendo elas a união estável e a família monoparental.

A união estável, antes chamada de concubinato, foi, então, primeiramente tratada pelo direito brasileiro por meio do texto constitucional, o qual determinou que o Estado agisse de maneira tal que facilitasse sua conversão em casamento. Posteriormente, foi também tratada pelas Leis n. 8.971/94²³, que regulava o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão, e 9.278/96²⁴, que buscou regular o artigo 226, §3º da CRFB/88²⁵. Neste prisma, o Código Civil de 2002, dedicou livro específico para o tema, em seus artigos 1.723 a 1.727²⁶, de forma que trouxe maior segurança para o instituto, até então não regulamentado de maneira suficiente.²⁷

Os novos anseios sociais bem como a mudança no entendimento do que se compreende por família, seus objetivos e finalidades, os quais passaram a se basear principalmente no respeito e no afeto mútuo, impulsionaram um novo agir estatal, de modo que não poderia o direito não se adequar à esta nova realidade, que se preocupa e se importa mais com a finalidade dos membros de uma família na busca pela felicidade.

²¹ ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Curso de Direito Civil: Famílias*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018, p. 312

²² Utiliza-se a expressão união livre para designar as relações mantidas entre pessoas que, não sendo casadas entre si e não convivendo maritalmente, sem formalidades, mas com intenção de constituir família, mantém uma comunhão afetiva. É o exemplo tão evidente do namoro ou mesmo do noivado.

²³ BRASIL. *Lei n. 8.971, de 29 de dezembro de 1994*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8971.htm Acesso em: 12 jun. 2023

²⁴ BRASIL. *Lei n. 9.278, de 10 de maio de 1996*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19278.htm Acesso em: 12 jun. 2023

²⁵ BRASIL, *op. cit.*, nota 2.

²⁶ BRASIL, *op. cit.*, nota 6.

²⁷ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. Direito de Família*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 584

Entretanto, a legislação brasileira não define de maneira concreta o conceito de união estável. De todo modo, esta não necessita de solenidades como o casamento, havendo, no entanto, a necessidade do preenchimento de certos requisitos para que seja configurada, conforme preleciona o artigo 1.723, *caput* e §1º do Código Civil²⁸. Verifica-se, então, a necessidade da diversidade de sexos, estabilidade, publicidade, continuidade e ausência de impedimentos matrimoniais.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521, não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

Ocorre que apesar de tal redação, é possível, conforme entendimento já pacificado, a constituição de união estável por casais homoafetivos, assim como ocorre no casamento, apesar de não haver qualquer previsão legal²⁹. E é neste ponto que o instituto do poliamor entra em cena, uma vez que poderia ser aceito e reconhecido pela jurisprudência pátria como mais uma forma de constituição de família, assim como ocorreu nas relações entre casais homoafetivos, se equiparando à união estável.

Entende-se por família poliafetiva, a família que vive sob a égide do poliamor, que se baseia em um tipo de relacionamento afetivo simultâneo entre três ou mais pessoas ao mesmo tempo e com o conhecimento de todos, caracterizando-se, portanto, como a simultaneidade de concubinatos, conforme já afirmado pela Suprema Corte, o qual é apenas tratado pelo ordenamento jurídico brasileiro como uma relação obrigacional e não familiar, afastando-se, deste modo, os efeitos típicos das relações familiares. O poliamor surgiu após o enfraquecimento do amor exclusivo, com a ampliação do conceito de afeto, de liberdade e de felicidade, diferenciando-se das famílias simultâneas, que se definem pela clandestinidade.³⁰

Ocorre que, assim como se dá com as uniões estáveis entre um casal, seja ele formado por um homem e uma mulher ou não, os relacionamentos poliafetivos também podem se firmar de maneira contínua, duradoura, pública e com o fim de constituição de família, de forma a cumprir com os requisitos exigidos em lei para a configuração da união estável. Ademais, no direito privado, conforme artigo 5, II, CRFB/88³¹ se pode fazer tudo aquilo que não é proibido

²⁸ BRASIL, *op. cit.*, nota 6.

²⁹ BRASIL, *op. cit.*, nota 1.

³⁰ IBDFAM. Maiara Francieli Haas. *O reconhecimento das uniões poliafetivas pelo ordenamento jurídico brasileiro e os efeitos decorrentes da dissolução inter vivos*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1645/O+reconhecimento+das+uni%C3%B5es+poliafetivas+pelo+ordenamento+jur%C3%ADdico+brasileiro+e+os+efeitos+decorrentes+da+dissolu%C3%A7%C3%A3o+inter+vivos> Acesso em: 05 mar. 2023

³¹ BRASIL, *op. cit.*, nota 2.

por lei, o que se adequa perfeitamente ao caso, uma vez que não há qualquer impedimento ou proibição expressa na lei às relações entre três ou mais pessoas.

O que se verifica, no entanto, é um constante embate jurídico no que tange aos direitos e garantias daqueles que decidem viver sob tal forma, com grande debate doutrinário, em que parte entende que deve vigorar o princípio da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da autodeterminação, indo na direção da ampliação do conceito de família, enquanto outra parte concorda que no ordenamento pátrio vige o princípio da monogamia, no sentido de impedir o instituto das famílias poliafetivas.³²

O tema, apesar de cada vez mais frequente na realidade e no cotidiano da população brasileira, ainda é pautado em grande polêmica, cercado de dilemas. Em decorrência disso, permanece como uma omissão do legislativo, que ainda não regulamentou a matéria, o que acarreta grande insegurança jurídica àqueles que vivem sob tal relação. Neste mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça, que em 2018, proibiu que cartórios realizassem escrituras públicas de relações poliafetivas, o que já vinha sendo realizado em determinados casos.³³

Verdade é que tais famílias, como o próprio nome já diz, se baseiam no afeto. Em grande parte das vezes, cumprem todos os requisitos legais para a constituição de união estável. A única diferença entre as relações poliafetivas e as de união estável aceitas nos dias de hoje é o número de membros integrantes da família, de modo que negar proteção àqueles que se encontram sob tal panorama, não seria negar proteção às relações poliafetivas, mas, na verdade, proteção à pessoa humana, ferindo frontalmente princípio fundamental previsto na CFRB/88.

É dever do direito, do judiciário e do legislativo ponderar tudo o que está relacionado ao tema, pois o que se verifica nos dias de hoje é uma luta contra algo que está posto. Famílias poliafetivas existem, fazem parte da sociedade, de modo que não deveriam ser negligenciadas pelo Estado. Os membros destas famílias merecem igual respeito, atenção e dignidade, de modo que precisam ter seus direitos e garantias observados. Neste sentido, deve ser repensar se a monogamia deve prevalecer sob todos os demais princípios constitucionais. Não cabe ao direito

³² IBDFAM. Lucas Gabriell Gomes de Oliveira. *Possibilidade da união estável nas relações poliafetivas*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1565/Possibilidade+da+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+nas+rela%C3%A7%C3%B5es+poliafetivas> Acesso em: 07 mar. 2023

³³ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Cartórios são proibidos de fazer escrituras públicas de relações poliafetivas*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cartorios-sao-proibidos-de-fazer-escrituras-publicas-de-relacoes-poliafetivas/#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Conselho%20Nacional,mais%20pessoas%2C%20em%20escrituras%20p%C3%BAblicas> Acesso em: 05 mar. 2023.

e não é seu papel definir ou limitar as escolhas dos membros da sociedade, devendo sim, trabalhar para garantir que todos estejam amparados e tenham seus direitos garantidos.

3. A PONDERAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MONOGAMIA

Entende-se por princípio jurídico como o conjunto de padrões de conduta presentes no ordenamento jurídico, tanto de forma explícita quanto de forma implícita. O ordenamento jurídico brasileiro é pautado por diversos princípios, dentre eles, o da monogamia, que, durante muitos anos, se mostrou como referência na estrutura da maioria das famílias. Ocorre que tal princípio caminha lado a lado com diversos outros, de modo que precisa, a todo o tempo, tentar manter sua força a fim de equilibrar-se com os demais.

A sociedade como um todo e consequentemente o direito brasileiro vive em uma constante evolução. A realidade, a rotina, os costumes, os padrões de vida são alterados com o passar dos anos, a partir dos novos anseios e das novas necessidades, as quais acabam fortalecendo determinados posicionamentos e condutas, enquanto deixa de lado outros.

O princípio da monogamia tem mantido sua força e aplicação durante longos anos pelas características predominantes da sociedade brasileira, que busca a fidelidade recíproca no casamento, de modo que se proíbe a formalização do matrimônio com mais de uma pessoa. Neste sentido, tal princípio se tornou a base de instituição da família, onde as relações de afeto e as de obrigações precisam se concretizar. Observa-se sua presença na CRFB/88 bem como no CC/02. Ocorre que a monogamia não é o único princípio que rege o direito das famílias, e nem mesmo é o mais relevante, de acordo com Igor Cardoso de Lima Rocha.³⁴

Tamanha a importância do referido princípio no ordenamento jurídico brasileiro que acabou por influenciar não só as relações civis, familiares, alcançando também a esfera penal. Com isso, passou-se a prever no artigo 235 do Código Penal³⁵, o crime de bigamia, o qual tipifica a conduta de “contrair alguém, sendo casado, novo casamento”, sendo prevista a pena de dois a seis anos de reclusão para o autor do delito. Ademais, havia também a previsão do crime de adultério³⁶, o qual fora descriminalizado apenas em 2005³⁷, em que se punia com a pena de quinze dias a seis meses de detenção o seu autor. Verifica-se, assim, uma importante

³⁴ ROCHA, Igor Cardoso de Lima. *O princípio monogâmico e a controversa união poliafetiva*. Disponível em: <<https://ibdfam.org.br/artigos/1563/O+princ%C3%ADpio+monog%C3%A2mico+e+a+controversa+uni%C3%A3o+poliafetiva>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

³⁵ BRASIL. *Código Penal*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 23 mar. 2023.

³⁶ O artigo 240, CP que tipificava o crime de adultério foi revogado pela Lei 11.106/05, por meio do seu artigo 5. BRASIL. *Lei n. 11.106*, de 28 de março de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm Acesso em: 02 ago. 2023.

³⁷ *Ibidem*.

evolução e mudança para o direito das famílias, que derivou da evolução e anseios da sociedade, bem como da inclusão de novos modelos de família na Constituição Federal.

Entretanto, observa-se nos dias de hoje, que os padrões conjugais foram alterados de modo que o princípio da monogamia acabou perdendo força, deixando de ser o fim último das relações entre casais, abrindo espaço para outros princípios que passaram a ser almejados por aqueles que vivem relações amorosas, como o princípio da afetividade, da dignidade e o da felicidade, os quais se mostram favoráveis ao reconhecimento das famílias poliafetivas. Neste sentido, é possível afirmar que o princípio da monogamia, para parte considerável da população brasileira, deixou de ser o princípio estruturante das famílias, sendo entendido apenas como um sistema de regras morais e não como um princípio.

No mesmo sentido, tem-se também uma mudança de entendimento por parte da doutrina, que passou a visualizar a monogamia não mais como um princípio, mas sim como um valor a ser observado por quem assim quiser. Segundo Maria Berenice Dias, definir a monogamia como um princípio constitucional acaba por permitir que resultados desastrosos para a sociedade ocorram, uma vez que acaba por beneficiar apenas o parceiro infiel, retirando direitos e garantias do outro que também vive aquela determinada relação.³⁸

No entanto, mesmo tendo perdido espaço no cotidiano das pessoas bem como importância na percepção social e doutrinária brasileira, o princípio da monogamia ainda vigora no direito pátrio, sendo aplicado nas decisões exaradas pelo judiciário, que permanece afirmando seu emprego nas relações familiares. De acordo com o entendimento da Suprema Corte, a monogamia é uma forma de fidelidade no casamento e de lealdade na união estável³⁹. Tal entendimento, impede, portanto, a garantia dos direitos dos que vivem fora do padrão social, o que os torna, de certa forma, invisíveis ao sistema jurídico. Neste sentido, entendimento exarado pela Ministra Nancy Andrigui, no Recurso Especial 1348458/MG:

[...] com efeito, uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia não pode atenuar o dever de fidelidade — que integra o conceito de lealdade e respeito mútuo — para o fim de inserir no âmbito do Direito de Família relações afetivas paralelas e, por consequência, desleais, sem descuidar que o núcleo familiar contemporâneo tem como escopo a busca da realização de seus integrantes, vale dizer, a busca da felicidade. A lealdade como dever decorrente da união estável (artigo 1724 do CC) e a fidelidade como dever do casamento (artigo 1566 do CC) são óbices para o reconhecimento de uniões poligâmicas para fins do Direito de Família. Não se trata, aqui, de confundir os planos da existência e da eficácia. Se é verdade que os deveres estão no plano da eficácia e que a deslealdade não faz com que o casamento ou a união

³⁸ IBDFAM. *Famílias simultâneas: seria a superação da monogamia?* Disponível em: https://ibdfam.org.br/publicacoes/ler_vocesabia/3#:~:text=Nesse%20contexto%2C%20dentre%20as%20novas,membros%20C3%A9%20comum%20a%20ambos Acesso em: 25 abr. 2023

³⁹ CONSULTOR JURÍDICO. Processo Familiar. *Sim, eu tinha razão e o STF confirmou que não há famílias paralelas no Brasil*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-20/processo-familiar-stf- confirma-nao-familias-paralelas-brasil> Acesso em: 21 mar. 2023

estável deixem de existir, há um impeditivo ético do qual o Direito de socorre para fazer da monogamia um valor incontestado. O argumento se repete. A lei indica um mínimo que obsta o reconhecimento dos efeitos do direito de família às situações de poligamia ou uniões simultâneas de três ou mais pessoas.⁴⁰

É cediço que atualmente, novos moldes de família já são aceitos pelo ordenamento jurídico brasileiro, que não apenas o formado por meio do casamento, sendo possível também as formadas por meio da união estável e as famílias monoparentais, conforme previsão constitucional⁴¹. Ademais, também é sabido que a partir de decisões da Suprema Corte, são possíveis a união estável e o casamento entre casais homoafetivos. E em todos esses casos, o princípio da monogamia e o da lealdade vigora e permanece presente.

Contudo, tais modelos de família não são mais as únicas formas vislumbradas pela sociedade, onde é possível notar outros formatos que se baseiam em novos valores, princípios, os quais não mais estão preocupados com a moral posta, mas sim, com o afeto, amor e vontade de estar junto e formar uma família. Conforme dispõe o ministro Luiz Edson Fachin, “não é mais o indivíduo que existe para a família e para o casamento, mas a família e o casamento existem para o seu desenvolvimento, em busca de sua aspiração à felicidade”⁴². Com isso, repara-se que passa a estar cada vez mais presente no cotidiano de todas as famílias poliafetivas.

Viu-se que é papel do direito garantir que todos os membros da sociedade estejam amparados e com os seus direitos garantidos, não cabendo ao judiciário e nem ao legislativo limitar as possibilidades de cada um. O princípio da monogamia, durante muito tempo, desempenhou papel importante nas relações, tendo em vista os valores que vigoravam na sociedade brasileira, sendo capaz de determinar muitos efeitos no direito das famílias. Porém, a comunidade como um todo evoluiu e passou a buscar a felicidade em outros caminhos, de modo que o referido princípio não mais encontra assento nas famílias contemporâneas.

As famílias poliafetivas, tais como aquelas que vivem sob o regime da união estável, são capazes de se firmar de maneira contínua, duradoura, pública e com o fim de constituição de família. Assim como se busca a fidelidade no casamento e a lealdade na união estável, é possível que este também seja almejado por aqueles que vivem sob a égide do poliamor. Deste modo, não há qualquer óbice no que tange a coexistência do princípio da monogamia com as famílias poliafetivas, devendo este ser ponderado, ante a presença de princípios tão importantes e fundantes como este.

⁴⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1348458/MG*. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/25178200/inteiro-teor-25178201> Acesso em: 22 mar. 2023

⁴¹ BRASIL, *op. cit.*, nota 31. Artigo 226, §§ 3º e 4º.

⁴² FACHIN, Luiz Edson. *Elementos críticos do direito de família: curso de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 10

O conceito da monogamia é o de manter relações com apenas uma pessoa, por meio do dever de fidelidade entre o casal⁴³. Entretanto, a fidelidade também pode existir quando não se trata de um casal, mas de um trisal, por exemplo, de modo que o referido princípio não deveria ser suficiente para deslegitimar a família quando presentes as condições de afeto e de estabilidade entre seus membros⁴⁴.

O que se tem hoje é uma visão deturpada em relação aos que vivem sob o poliamor, entendendo-os como pessoas que não se respeitam entre si, de modo que recebem um olhar discriminatório sobre si e por isso, não merecem quaisquer direitos ou proteção por serem consideradas imorais. Entretanto, o que estas pessoas buscam, na verdade, assim como aqueles que vivem sob o regime do casamento e da união estável, é a concretização de suas famílias, pautadas no amor, no afeto, no carinho e no respeito mútuos.

O simples fato de uma família ser formada por um número maior de membros, três ou mais pessoas, os tornam tão diferentes, de modo que estes não mais podem ser sujeitos de direitos e obrigações do ponto de vista jurídico? Vale ressaltar neste ponto que os membros das famílias poliafetivas estão cientes, de acordo e felizes com o formato familiar e desta forma decidem viver. Todos se respeitam e pactuam fidelidades recíprocas. Deste modo, negar-lhes proteção é permanecer sob a égide de valores morais não mais vigentes na sociedade.

Observa-se, portanto, que o princípio da monogamia permanece como sendo o último entrave no ordenamento jurídico brasileiro ao reconhecimento das uniões poliafetivas, uma vez que os princípios da afetividade, dignidade, felicidade e liberdade estão cada vez mais presentes no cotidiano social. Neste sentido, o caminho a ser percorrido por tais famílias ainda é longo, difícil, mas possível, assim como se deu em relação aos casais homoafetivos. O importante é que estes, ao final, tenham seus direitos garantidos, não podendo o direito negar de antemão, à todas as famílias poliafetivas, todos os seus direitos com base apenas no princípio da monogamia, deixando de lado tantos outros princípios tão ou mais relevantes que o primeiro.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou desenvolver o tema “As famílias poliafetivas no ordenamento jurídico brasileiro: Uma análise crítica quanto ao cabimento do poliamor frente

⁴³ JUSBRASIL. *O princípio da monogamia diante das repercussões jurídicas das uniões paralelas*. Disponível em: <https://jplf1994.jusbrasil.com.br/artigos/237412962/o-principio-da-monogamia-diante-das-repercussoes-juridicas-das-unioes-paralelas#:~:text=O%20Princ%C3%ADpio%20da%20Monogamia%20pro%C3%ADbe,realizadas%20com%20a%20penas%20um%20c%C3%B4njuge>. Acesso em: 21 mar. 2023.

⁴⁴ BERTONCINI, Carla; PADILHA, Elisângela. *A relativização do princípio da monogamia*. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/710/516> Acesso em: 22 mar. 2023.

ao princípio da monogamia”, com o fim de debater a possibilidade de cabimento do poliamor no ordenamento jurídico brasileiro, ante o princípio da monogamia.

Para tanto, foi realizado, no primeiro capítulo, “Um resgate dos Recursos Extraordinários e o papel do direito”, um apanhado do contexto jurídico no qual se encontram as famílias poliafetivas, tendo em vista as recentes decisões da Suprema Corte nos Recursos Extraordinários 878.694 (2018), 646.721 (2018) e 883.168 (2020), as quais ainda se caracterizam como avanços, de certa maneira, mas também como entraves à recepção deste modelo de família no ordenamento jurídico pátrio, já que se pautam na monogamia, de modo as famílias poliafetivas permanecem sem quaisquer direitos ou garantias.

No segundo capítulo, “A possibilidade de equiparação das famílias poliafetivas à união estável”, foi realizada uma breve análise histórica do instituto da união estável, trazendo seu conceito e os requisitos para que seja constituída, de modo a verificar sua possível compatibilidade com as famílias poliafetivas, uma vez que o que as diferenciam é apenas a quantidade de membros que formam aquela família, tentando verificar a possibilidade de equiparação de ambas, de modo que os direitos e garantias de todos sejam observados.

Por fim, no terceiro capítulo, “A ponderação do princípio da monogamia”, foi feito um exame da relevância da monogamia, que permanece sendo utilizada na jurisprudência pátria, se verificando, em contrapartida, que esta vem perdendo sua força na doutrina brasileira, a qual já questiona a sua natureza de princípio, a enxergando apenas como um valor, de modo que não deve permanecer como um impeditivo para a ampliação das formas de constituição de família.

Com isso, foi possível observar e concluir a enorme contribuição trazida com o julgamento dos RE 878.694 e 646.721, que resolveu parte da grande instabilidade jurídica sucessória verificada no Brasil desde o início da vigência do CC/02, equiparando o regime sucessório da união estável ao do casamento. No entanto, na contramão destes julgados, o julgamento do Recurso Extraordinário 883.168, se mostrou aquém dos anseios e necessidades sociais, tendo pautado sua decisão no princípio da monogamia, que já começa a perder força na compreensão da sociedade como um todo, bem como na doutrina brasileira.

Assim, por meio deste julgamento, verificou-se ainda a forte presença de princípios e valores tradicionais, que impedem o reconhecimento de outras formas de constituição de família, cada vez mais frequentes no cotidiano nacional, o que torna o assunto ainda mais complexo e necessário. Neste sentido, observa-se que o judiciário brasileiro permanece aplicando a monogamia como princípio fundante das relações familiares, que deve ser observado tanto no casamento, pelo dever de fidelidade entre os cônjuges, quanto na união

estável, por meio do dever de lealdade, deixando de lado outros princípios constitucionais que também merecem ser observados quando o tema envolve a vontade e a felicidade das pessoas.

Precipita-se, portanto, o Supremo Tribunal Federal quando permanece aplicando a monogamia como princípio norteador das relações familiares, pautado apenas na fidelidade e na lealdade, uma vez que a sociedade hoje, já clama por seguir por outros caminhos, pautados não mais na suposta moralidade almejada, mas sim o afeto, no amor, respeito, não importando quantos e quais membros comporão a família.

É verdade que o direito serve também para balizar e consequentemente moldar o agir de cada indivíduo, já que é por meio dele que determinadas condutas são detalhadas e positivadas. Entretanto, não cabe ao direito determinar e definir o que é moralmente correto, de modo a inviabilizar a observância dos direitos e garantias de determinadas pessoas, simplesmente com base no modelo de família que se vive. Não é este o papel do direito.

Com isso, verifica-se que as famílias poliafetivas no Brasil ainda permanecem sem a garantia dos seus direitos, encontrando óbice no princípio da monogamia. Entretanto, o referido princípio está perdendo cada vez mais espaço no entendimento da sociedade brasileira bem como da doutrina pátria, de modo que resta apenas ao judiciário brasileiro tal percepção. É dever do judiciário e do legislativo ponderar tudo o que está relacionado ao tema, não podendo as famílias poliafetivas continuarem a ser negligenciadas pelo Estado. Não cabe ao direito definir ou limitar as escolhas dos membros da sociedade, devendo sim, trabalhar para garantir que todos estejam amparados e tenham seus direitos garantidos.

De todo modo, tem-se que a união estável é perfeitamente compatível com o princípio da monogamia. Por este motivo, não é possível vislumbrar qualquer óbice quanto a também compatibilização do princípio da monogamia e as famílias poliafetivas, tendo em vista que estas se diferenciam das uniões estáveis apenas pela quantidade de membros da família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código Civil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso: 16 fev. 2023.

_____. *Código Penal*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 23 mar. 2023

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10 jan. 2023.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Cartórios são proibidos de fazer escrituras públicas de relações poliafetivas*. 26 de junho de 2018. Disponível em: < <https://www.cnj.jus.br/cartorios-sao-proibidos-de-fazer-escrituras-publicas-de-relacoes-poliafetivas/#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Conselho%20Nacional,mais%20pessoas%2C%20em%20escrituras%20p%C3%ABlicas.>> Acesso em: 05 mar. 2023

_____. *Lei n. 8.971*, de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8971.htm Acesso em: 12 jun. 2023

_____. *Lei n. 9.278*, de 10 de maio de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19278.htm Acesso em: 12 jun. 2023

_____. *Lei n. 11.106*, de 28 de março de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm Acesso em: 02 ago. 2023

_____. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1348458/MG*. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/25178200/inteiro-teor-25178201> Acesso em: 22 mar. 2023

_____. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132*. Rio de Janeiro. 05.mai.2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633> Acesso em: 07 mar.2023

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277*. Distrito Federal. 05.mai.2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635> Acesso em: 07 mar.2023

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 878.694* Minas Gerais. Relator: Min. Roberto Barroso. Embte(s): Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Embgo(a/s): Rubens Coimbra Pereira e outros (a/s). Brasília, 26/10/2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 646.721* Rio Grande do Sul. Relator: Min. Marco Aurélio. Redator do acórdão: Min. Roberto Barroso. Recte. (s): São Martin Souza da Silva. Recdo. (a/s): Geni Quintana. 10/05/2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 883.168*. Relator: Min. Dias Toffoli. Tema 526 - Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário 1.045.273*. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Recte. (s): C.L.S. Recdo. (a/s): M.J.O.S. e E.S.S. 21/12/2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/1191563664> Acesso em: 25 mar. 2023

BERTONCINI, Carla; PADILHA, Elisângela. A relativização do princípio da monogamia. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 89-105, jan./mar.

2022. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/710/516> Acesso em: 22 mar. 2023

CAJADO, Nazaré Silva. *O poliamor e a sua repercussão judicial*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1205/O+poliamor+e+sua+repercuss%C3%A3o+judicial>. Acesso em 10 abr. 2023

CONSULTOR JURÍDICO. *Processo Familiar. Sim, eu tinha razão e o STF confirmou que não há famílias paralelas no Brasil*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-20/processo-familiar-stf-confirma-nao-familias-paralelas-brasil> Acesso em: 21 mar. 2023

FACHIN, Luiz Edson. *Elementos críticos do direito de família: curso de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010, p. 10

FILHO, João Pereira Lima. *O princípio da monogamia diante das repercussões jurídicas das uniões paralelas*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-principio-da-monogamia-diante-das-repercussoes-juridicas-das-unioes-paralelas/237412962#:~:text=O%20Princ%C3%ADpio%20da%20Monogamia%20pro%C3%ADbe,realizadas%20com%20apenas%20um%20c%C3%B4njuge> Acesso: 21 mar. 2023

HAAS, Maiara Francieli. *O reconhecimento das uniões poliafetivas pelo ordenamento jurídico brasileiro e os efeitos decorrentes da dissolução inter vivos*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1645/O+reconhecimento+das+uni%C3%B5es+poliafetivas+pelo+ordenamento+jur%C3%ADdico+brasileiro+e+os+efeitos+decorrentes+da+dissolu%C3%A7%C3%A3o+inter+vivos>. Acesso em: 05 mar. 2023

OLIVEIRA, Lucas Gabriell Gomes. *Possibilidade da união estável nas relações poliafetivas*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1565/Possibilidade+da+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel+nas+rela%C3%A7%C3%B5es+poliafetivas>. Acesso em: 07 mar. 2023

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Volume V. Direito de Família. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ROCHA, Igor Cardoso de Lima. *O princípio monogâmico e a controversa união poliafetiva*. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1563/O+princ%C3%ADpio+monog%C3%A2mico+e+a+contr+ov+sa+uni%C3%A3o+poliafetiva>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Curso de Direito Civil: Famílias*. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018

TARTUCE, Flávio. *Manual de direito civil: volume único*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.